

A RELAÇÃO DOS PODERES PÚBLICOS NA CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE 2º GRAU DE CANGUÇU: IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO AGROCOMERCIAL DO MUNICÍPIO (1970–2000)

MÁRCIA GUERRA DA CUNHA¹; GIANA LANGE DO AMARAL³

PPGE - Universidade Federal de Pelotas – aicramgc@hotmail.com

PPGE - Universidade Federal de Pelotas – gianalangedoamaral@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui-se em um recorte de tese de Doutorado em Educação, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). A pesquisa tem como objetivo analisar a articulação entre os poderes públicos na criação e manutenção da Escola Estadual de 2º Grau de Canguçu, buscando compreender seus impactos no desenvolvimento das economias agrícola e comercial do município, no período compreendido entre as décadas de 1970 e 2000.

O recorte temporal foi definido a partir da promulgação da Lei nº 5.692/71, que reformulou o ensino secundário com foco na profissionalização, até os primeiros anos de vigência da nova LDB nº 9.394/96, marcada por transformações na estrutura educacional brasileira e nas políticas de desenvolvimento regional.

A investigação ancora-se em referenciais que discutem a educação técnica e profissionalizante (KUENZER, 1999; FRIGOTTO, 2007), o conceito de município pedagógico (AMARAL, 2014, 2023; HONORATO; VIEIRA; NERY; MARTIN, 2019; MAGALHÃES, 2006, 2015, 2019) e a história das instituições educacionais (MAGALHÃES, 2004, 2018; WERLE, 2007). A perspectiva epistemológica inscreve-se na História Cultural, que permite compreender as práticas escolares a partir das representações sociais e significados atribuídos à educação em contextos históricos específicos (BARROS, 2005).

Problematiza-se, portanto: qual a influência dos poderes públicos municipal, estadual e federal na criação e manutenção da Escola Técnica de Canguçu? Qual o papel desempenhado pela instituição no desenvolvimento econômico e social da região?

A relevância deste estudo decorre de dois aspectos principais: (I) a contribuição ao campo da História da Educação, ao investigar a constituição e consolidação de uma escola técnica no interior do Rio Grande do Sul; e (II) a análise

dos impactos das ações institucionais no desenvolvimento agrocomercial, com destaque para a formação da mão de obra e a valorização de setores estratégicos da economia local.

2. METODOLOGIA

A pesquisa fundamenta-se nos pressupostos da História Cultural (BARROS, 2005), adotando o município como território educativo e considerando as articulações entre poderes públicos e sociedade civil na constituição da Escola Estadual de 2º Grau de Canguçu.

Foram mobilizadas fontes bibliográficas, legislação educacional e documentos institucionais, além da revisão da produção acadêmica sobre a história das instituições escolares. O estudo interpreta o município como espaço de criação e mediação de projetos educativos, conforme defendem MAGALHÃES (2004, 2018) e AMARAL (2014, 2023).

Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa de caráter historiográfico, que busca compreender a escola técnica como produto de um processo político e social marcado pela interação entre agentes locais, estaduais e federais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apontam que a criação e consolidação da Escola Estadual de 2º Grau de Canguçu decorreram de uma articulação político-social envolvendo lideranças locais, sociedade civil organizada — especialmente a Maçonaria — e representantes do poder público. Essa constituição não se limitou à reprodução de modelos nacionais, mas expressou uma construção coletiva vinculada às demandas regionais.

A escolha dos cursos oferecidos evidencia essa adequação: inicialmente voltados ao comércio, e posteriormente ao setor agrícola, em consonância com a identidade de Canguçu como “Capital Nacional da Agricultura Familiar”. Essa dinâmica relaciona-se ao conceito de governança local da educação, entendido como a organização de redes de cooperação e tensão que moldam as instituições educacionais (MAGALHÃES, 2006).

Assim, a escola não apenas qualificou trabalhadores para o comércio e a agricultura, mas também se constituiu em espaço de construção de identidades e pertencimentos comunitários (MAGALHÃES, 2019). Ela atuou como um “projeto

local”, representando os interesses e aspirações da comunidade e desempenhando papel estratégico na fixação dos jovens no campo, na modernização tecnológica e no incentivo à continuidade dos estudos em cursos superiores.

4. CONCLUSÕES

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, ainda não é possível apresentar conclusões definitivas acerca do papel da Escola Estadual de 2º Grau de Canguçu no desenvolvimento agrocomercial do município. Até o momento, as análises preliminares indicam que a instituição se estruturou a partir de articulações políticas e sociais locais, envolvendo poderes públicos e sociedade civil, o que sugere sua configuração como um projeto educativo representativo das necessidades comunitárias.

Contudo, permanece em aberto a investigação sobre a efetividade dessas articulações no fortalecimento da agricultura familiar, na formação profissional e na modernização econômica do território. A pesquisa encontra-se em fase de aprofundamento teórico e documental, o que permitirá avaliar com maior precisão como a escola contribuiu para a constituição de identidades locais e para a fixação dos jovens no campo.

Assim, este trabalho pretende avançar na compreensão da escola como um possível projeto educativo local, inscrito no conceito de município pedagógico, mas que ainda requer análises complementares para se verificar em que medida tal expectativa se concretizou no período estudado.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, G.L. do. O municipalismo, a educação e o desenvolvimento local: Pelotas-RS, Brasil – primeiras décadas do século XX. In: ADÃO, Á.; MAGALHÃES, J. (org.). Os municípios na modernização educativa. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2014. p. 293-313.
- AMARAL, G.L. do. Práticas do municipalismo junto à educação na emergente República Brasileira: a ação dos intendentes e dos conselhos municipais na cidade de Pelotas, RS. In: CARVALHO, C.H. de; NETTO, W.G. (org.). O município e a educação no Brasil Republicano. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco, 2023. p. 167-188
- BARROS, J.D'A. A história cultural francesa: caminhos de investigação. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais, [S.l.], v. 2, n. 4, p. 1-17, out./nov./dez. 2005.
- FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. Educação e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 1129-1152, out. 2007.

- HONORATO, T.; VIEIRA, C.R.A.; NERY, A.C.; MARTIN, C. Município pedagógico: diretrizes teórico-metodológicas. Cadernos de Pesquisa em Educação – PPGE/UFES, Vitória, v. 21, n. 49, p. 152-169, 2019.
- KUENZER, A.Z. Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. Boletim Técnico do Senac, [S.l.], v. 25, n. 2, p. 18-29, 1999.
- MAGALHÃES, J. O local e a educação: para a história do município pedagógico. Revista de Administração Local, Legislação, Jurisprudência, Doutrina e Estudos, [S.l.], v. 29, n. 215, p. 607-614, set./out. 2006.
- MAGALHÃES, J. Tecendo nexos: história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.
- MAGALHÃES, J. Instituição educativa na modernização do local: perspectiva histórico-pedagógica. Revista di Storia dell'Educazione, [S.l.], v. 1, p. 41-55, 2018.
- MAGALHÃES, J. Municípios e história da educação. Cadernos de História da Educação, [S.l.], v. 18, n. 1, p. 9-20, jan./abr. 2019.
- MAGALHÃES, J.; ADÃO, Á. Os municípios na educação e na cultura. Interacções, n. 35, p. 1-2, 2015.
- WERLE, F.O.C.; BRITTO, L.M.T.S.; COLAU, C.M. Espaço escolar e história das instituições escolares. Revista Diálogo Educacional, Paraná, v. 7, n. 22, p. 147-163, set./dez. 2007.